



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGOA DOS GATOS/PE**

Processo n.º 00001396620208172890

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA APRECIDA DE HOLANDA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve o pagamento administrativo no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

#### BANCO DO BRASIL

##### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	18/10/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA APARECIDA DE HOLANDA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 02238-1

CONTA: 000000008245-7

Nr. da Autenticação DCDDE831F1DE97CD

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado, cujo trecho se destaca:

#### DISCUSSÃO / CONCLUSÃO:

Diante dos achados do presente exame, podemos concluir que existe nexo temporal e causal com os fatos relatados. Passo a responder aos quesitos formulados pelo juízo: I) Sim, há lesão cuja etiologia é compatível com acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre, entretanto não de forma exclusiva, como questiona o quesito, visto que fratura de antebraço pode ser decorrente de qualquer tipo de trauma neste membro. II) a) antebraço direito. b) vide descrição. III) Não, a pericienda encontra-se de alta médica. IV) Dano anatômico (deformidade permanente por cicatriz em antebraço direito). V) Não. VI) Dano anatômico parcial incompleto em grau mínimo.

Cumpre ressaltar, no entanto, que o laudo conclui pela existência de dano anatômico permanente pela existência de cicatriz, o que é mero dano estético não coberto pelo seguro DPVAT, diferente da invalidez permanente para fins de indenização:

4º) Da lesão resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto? (especificar)

Sim. Deformidade permanente (cicatriz).

Por outro lado, ainda que se considere o grau mínimo de invalidez do membro superior apontado no laudo, ainda assim, deve-se observar que o pagamento efetuado em sede administrativa foi superior, razão pela qual não há que se falar em diferença.

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, vez que o laudo somente apontou a existência de deformidade, pela existência de cicatriz, o que caracteriza mero dano estético.

Pelo exposto, seja pela ausência de invalidez, seja pela quitação em sede administrativa, em ambos os casos a improcedência dos pedidos formulados na exordial, é a medida que se impõe.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

LAGOA DOS GATOS, 5 de novembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**